

Falar do ensino público no Brasil pretérito e presente significa contar estórias de analfabetismo, de evasão escolar, de repatência, de falta de escolas, de escassez de verbas, de trabalhadores em educação mal remunerados que não contam com as mínimas condições de trabalho, de infra-estrutura, de meios de atualização, de aperfeiçoamento e reciclagem, evidências de desprezo com que os sucessivos governos deste país têm tratado a causa do ensino para o povo trabalhador.

Mais da metade da população ativa (58,95%) atinge, no máximo, 4 anos de instrução e apenas cerca de 4,45% atingem o 3º g. de ensino. Esta situação se agrava quando nos referimos à população rural que tem 66% de seu contingente na idade de 10 ou mais anos, em absoluto estado de analfabetismo.

Daqueles que ingressam na escola, 65% permanecem nas 1ª e 2ª séries. Destes, 17,5% atingem a 8ª série. (IBGE- 1985 - anuário brasileiro).

Do universo de professores, 20% são leigos. Na zona Rural os leigos perfazem 50%.

Agravante sério deste quadro são os baixíssimos salários percebidos pelos trabalhadores em educação de todos os níveis de ensino, particularmente aqueles de ensino básico e de zona Rural, que chegam a perceber, mensalmente, menos de um salário mínimo.

Em nossa sociedade, a classe dominante tem se empenhado no sentido de que o papel da escola pública seja apenas o da reprodução das desigualdades, da manutenção dos privilégios de uma minoria, para manter características de país capitalista dependente, dominado política, social e economicamente pelos interesses do capital nacional e internacional, pela submissão ao FMI que impõe a crescentepauperização de amplas camadas da população. Na verdade, a escola pública tem que ser conquistada pelas classes populares, não apenas para elas assimilarem "o saber" que a burguesia lhes reserva, mas para elaborarem a sua própria cultura e uma nova concepção social e política dessa própria escola. Não se trata apenas de entender a escola pública burguesa para todos. Há um século, os libe-

rais vêm sustentando essa tese. Está mais que demonstrada a sua inviabilidade, porque entre o discurso liberal e a sua prática existe a falta de vontade política de permitir que os excluídos da escola burguesa tenham vez e voz na sociedade brasileira.

Uma transformação substantiva educacional não pode ser feita enquanto a maioria da classe trabalhadora estiver excluída da escola, enquanto ela não tiver vez e voz na sociedade democrática, vez e voz do trabalhador numa educação livre, libertadora, que não signifique o jogo liberal da educação como mercadoria no joguete da livre iniciativa, eufemisticamente chamada de liberdade de ensino.

A luta pela transformação da escola brasileira numa escola efetivamente democrática e, portanto popular, deve estar calcada no nosso compromisso com profundas alterações da sociedade em seu conjunto, no sentido de uma distribuição mais equânime de bens e benefícios sociais. Sem elas não passarão de propostas formais e de meros paliativos para as extremas desigualdades da sociedade brasileira.

Nós, trabalhadores em educação dos diversos níveis, vimos ao longo dos anos tentando superar esta situação com a organização e mobilização através de nossas entidades representativas para nos contrapormos à política nefasta que o governo desenvolve neste setor. Incansavelmente temos realizados Encontros, Seminários, Conferências, Congressos nos quais discutimos alternativas, tiramos propostas para o melhoramento da escola pública, o exercício digno de nossa profissão e as temos, seguidamente, apresentado ao poder público, bem como denunciado à população o desprezo deste mesmo poder para com a questão educacional.

Entretanto, temos nos deparado com a insensibilidade, com o descaso deliberado, com a falta de vontade política dos governantes para resolver o problema.

Diante de tal realidade social e política é preciso que nós educadores brasileiros, ao discutirmos os rumos gerais para a formulação de uma política educacional, consideremos alguns aspectos centrais que deverão orientar a nova Lei de Diretrizes e Bases.

As modificações que deverão estar contidas na nova LDB dependem, fundamentalmente, da organização dos segmentos sociais com

prometidos com uma educação que atenda às reivindicações imediatas e historicamente dos trabalhadores pela escola pública. O sentido deste processo deve ser o de buscar, de um lado, o amplo esclarecimento da população para que esta participe efetivamente do equacionamento da política educacional, e por outro lado, o de denunciar as propostas que visam a deterioração do ensino público.

Mobilizando quase oito mil profissionais da Educação em Brasília, às vésperas da votação do capítulo Educação no 2º turno da Constituinte, a V CBE não pode deixar de registrar seu repúdio frente às decisões que apontam claramente para a privatização do ensino.

A institucionalização do lucro na educação, o reconhecimento da existência de três tipos de escola: a pública, a particular e a chamada confessional ou comunitária, a permissão do repasse de verba pública a estas, ao lado do veto à gestão democrática e à existência de carreira docente fora da escola pública configuram um quadro de estímulo inaceitável à escola particular.

É este o momento para caminhar na apresentação de propostas para a LDB que mobilizem no sentido da reversão deste quadro.

É preciso, portanto, que encaremos a educação segundo alguns pressupostos:

- que seja direito de todos os cidadãos, sendo dever do Estado prover os meios para garanti-la;
- que seja prioridade social para o pleno desenvolvimento da população;
- que aponte para a formação do cidadão consciente e crítico e para o trabalho;
- que seja processo de integração das artes, da cultura da tecnologia e da ciência;
- que tenha como referencial não a escola em si, mas as necessidades e os interesses concretos da classe trabalhadora.

A transformação das estruturas da sociedade brasileira se insere no âmago de um processo de ruptura do modelo excludente que necessita ser construído desde já. Entendemos que este caminho que nos leva, enquanto partícipes da construção de uma nova sociedade, às necessárias mudanças, passa pela elaboração de propostas que não estacionem no pouco que foi conquistado na Constituinte, mas que

isto seja alavanca que impulsione uma nova compreensão da educação e da escola que interessam à classe trabalhadora.

Neste sentido, os educadores reunidos em Brasília, durante a V Conferência Brasileira de Educação entendem que é de fundamental importância a defesa dos seguintes princípios para a nova LDB:

- exclusividade de verbas públicas para as escolas públicas;

- ensino público, gratuito e laico de elevado padrão de qualidade;

- ensino gratuito nas escolas;

- criação de uma organização escolar de nível nacional que supere a desarticulação entre os sistemas de ensinos municipais, estaduais e federal, garantindo um padrão de qualidade em todas as escolas;

- criação de mecanismos de controle democrático de arrecadação e utilização de recursos destinadas à educação, assegurada a participação de estudantes, pais, professores, representantes da comunidade científica e de entidades da classe trabalhadora;

- diminuição da jornada de trabalho do estudante trabalhador;

- as universidades devem se empenhar maciçamente em programas de formação do professor, intervindo na melhoria da qualidade do ensino básico;

- valorização dos professores, dos especialistas, dos servidores de de escolas, ou seja, dos trabalhadores em educação, através de salário justo e condições de trabalho;

- institucionalização da capacitação permanente do professor;

- desenvolvimento científico e tecnológico comprometido com as necessidades do povo brasileiro;

- carreira única para o magistério;

- currículo escolar que leve em conta as diferenças regionais da cultura brasileira e suas várias manifestações, sem prejuízo de acesso ao patrimônio cultural.

Os trabalhadores em educação aqui reunidos têm consciência das limitações de qualquer lei e não esperam que a libertação da

classe trabalhadora seja fruto apenas da nova Lei de Diretrizes e Bases.

Entretanto, vêem a discussão da nova LDB como uma chance para o início da construção de uma escola pública popular, cujos conteúdos não sirvam apenas à vida particular de cada um, mas para a transformação da sociedade como um todo.

Brasília, 05 de agosto de 1.988

Educadores presentes a V Conferência Brasileira de Educação.



classas trabalhadoras seja fruto apenas de nova lei de Divisão e de

Entretanto, além a discussão de nova lei como uma obra
de paz e início da conquista de uma escola pública popular, cujo
contido não deve apenas à vida particular de cada um, mas
à transformação da sociedade como um todo.

Brasília, 05 de agosto de 1968

Encaminhado para a V Conferência Nacional de Educação.